

Educação e identidade camponesa: reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos¹

Aline Lucas de Souza GOMES²
Eulina Maria Leite NOGUEIRA³
Alice Lucas de Souza GOMES⁴

Resumo

Este texto apresenta reflexões a respeito dos atores sociais que protagonizam o cenário camponês através de sua organização e modo de vida, bem como a circunstância das diferentes fases de cada um, a criança, o jovem, a mulher, o adulto e o idoso camponês, além da contribuição que cada sujeito exerce em relação à dinâmica do campo. O estudo é composto por revisão bibliográfica e levantamento documental, sendo parte desse material oriundo da pesquisa de mestrado. Todas as informações registradas foram analisadas sobre a interpretação do Materialismo histórico-dialético como base filosófica e método de análise. De posse das discussões levantadas torna-se necessário identificar quem são os sujeitos camponeses em sua forma ampla e as contradições que enfrentam no campo, além de retomar breves considerações sobre o respeito ao protagonismo do campo como cumprimento das diretrizes voltadas para a modalidade de Educação do Campo.

Palavras-chave: Cenário camponês. Infância. Mulher camponesa. População camponesa. Velhice no campo.

¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

² Formação: Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Filiação institucional: Professora da rede pública de ensino. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7166-0944>
E-mail: alinenila76@gmail.com

³ Formação: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Filiação institucional: Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – UFAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>
E-mail: eleite@ufam.edu.br

⁴ Formação: Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Filiação institucional: Professora da rede pública de ensino. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4505-6345>
E-mail: alicedelucas.ufam@gmail.com

Peasant identity and education: exploring the role and formation of peasant social groups

*Aline Lucas de Souza GOMES
Eulina Maria Leite NOGUEIRA
Alice Lucas de Souza GOMES*

Abstract

This text reflects on the social actors who play pivotal roles in the peasant landscape through their organization and way of life, examining the different stages of life - childhood, youth, adulthood, and old age - and the unique contributions each group makes to the dynamics of rural life. The study includes a bibliographic review and a documentary survey, part of which stems from master's research. All the recorded information was analyzed using historical-dialectical materialism as both a philosophical foundation and a method of analysis. The discussions emphasize the importance of identifying peasant subjects in their broadest sense, understanding the contradictions they face in rural areas, and considering the respect for rural agency in line with guidelines for Rural Education.

Keywords: Peasant setting. Childhood. Peasant woman. Peasant population. Old age in the rural area.

Educación e identidad campesina: reflexiones sobre el papel de los sujetos campesinos y la formación de diferentes grupos

*Aline Lucas de Souza GOMES
Eulina Maria Leite NOGUEIRA
Alice Lucas de Souza GOMES*

Resumen

Este texto presenta reflexiones sobre los actores sociales que desempeñan un papel protagónico en el escenario campesino a través de su organización y modo de vida, así como las circunstancias de las diferentes etapas de cada uno, el niño, el joven, la mujer, el adulto y el anciano campesino, además del aporte que cada sujeto hace con relación a la dinámica del campo. El estudio consta de una revisión bibliográfica y un levantamiento documental, proveniendo parte de este material de la investigación de maestría. Toda la información registrada fue analizada a partir de la interpretación del Materialismo histórico-dialéctico como base filosófica y método de análisis. A partir de las discusiones planteadas, se hace necesario identificar quiénes son los sujetos campesinos en su forma más amplia y las contradicciones que enfrentan en el campo, además de retomar breves consideraciones respecto al protagonismo del campo en el marco de los lineamientos dirigidos a la modalidad de Educación Rural.

Palabras clave: Escena campesina. Infancia. Mujer campesina. Población campesina. Vejez en el campo.

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos

Introdução

A Educação do Campo consiste em uma modalidade que se fundamenta no resultado de luta e pressão popular reivindicando uma proposta de ensino que, além fomentar educação pública e de qualidade, visa a evidenciar o protagonismo da população camponesa. Seus fundamentos emergem das necessidades e interesses dos povos campesinos e segundo as particularidades desses espaços sociais específicos, se constituindo assim como um produto da mobilização/organização e luta dos movimentos sociais do campo pelo reconhecimento de suas necessidades, interesses e questões específicas (CALDART, 2002, p. 26; FERNANDES, 2002, p. 98).

Assim, a discussão levantada ao longo desse texto é parte da pesquisa realizada ao longo do curso de mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades, cuja temática de estudo esteve voltada para as escolas do campo e a formação de assentamentos agrários no contexto Amazônico. Tal pesquisa acompanhou de forma ampla os debates traçados dentro dessa modalidade. Com tópicos evidenciando os debates, que vão desde as reivindicações de lideranças e atuação de movimentos sociais diante da sociedade, até a criação de políticas públicas que atendesse especificamente os grupos camponeses, e ainda a pressão que faz atualmente sobre o investimento e manutenção de tais políticas e contra o encerramento de outras que tenham relação com as mesmas.

Assim como torna-se imprescindível refletir sobre as nuances do campo, considerando elementos que estão relacionados com as formas de organização do movimento camponês, compreender quem atua nesse cenário também é o fio condutor desse estudo. Para abordar sobre o protagonismo do campo é necessário identificar quem são os indivíduos existentes em cada grupo que move a história camponesa desse país. Portanto, diante do que foi experienciado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, pensou-se na descrição de um grupo se propondo a responder ‘afinal, quem são os sujeitos do campo?’, de forma que se reservou uma reflexão sobre os atores sociais que compõem e fortalecem a luta camponesa, refletindo suas características, a relação que estabelecem com o campo, a escola e o âmbito familiar, quando são analisados de forma individual.

O texto então, tem a função de abordar grupos camponeses específicos que estabelecem uma conexão entre si, considerando o cenário do qual pertencem. Cabendo ainda ressaltar que estes encontram-se interligados pela existência de um fator predominante nessa abordagem, o elemento ‘trabalho’. Isso porque em todas as apresentações ‘o trabalho’ se caracteriza como uma ação comum para todos os sujeitos camponeses, seja de forma direta ou indireta.

GOMES; NOGUEIRA; GOMES

O percurso metodológico utilizado na realização deste trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem quanti-qualitativa utilizada na pesquisa em seu formato original, caracterizada pelo interesse quanto ao aprofundamento e reflexão do grupo social constituindo pelos sujeitos do campo e/ou campesinato. Lembrando que, como afirma Santos et al., (2018), o que deve direcionar a análise não se reduz unicamente a forma de coleta dos dados ou tipo de dado gerado, seja quantitativo ou qualitativo, mas ao que se pretende conhecer diante do fenômeno estudado, por isso a necessidade de se utilizar uma abordagem mista.

A descrição apresentada a respeito de cada grupo mencionado no decorrer deste texto esteve consolidada com os resultados obtidos durante a pesquisa de campo, levando em consideração as observações e registros realizados. Através de uma natureza descritiva e explicativa, onde utilizou-se de entrevistas, levantamento bibliográficos e documental como instrumento de coleta de dados. Assim como, os dados e informações coletadas foram analisados a partir do que se estabelece no método do Materialismo Histórico-dialético, considerando a história e vivência de homens e mulheres do campo, sujeitos camponeses, sujeitos de direito.

Quem são os sujeitos do campo?

Para pensar sobre o delineamento dos sujeitos do campo, bem como o reconhecimento da identidade campesina, é necessário refletir sobre o conceito de identidade e a construção que se faz da mesma considerando as especificidades camponesas. Tal definição colabora com a pauta da Educação do Campo ao apresentar aspectos relacionados ao processo de emancipação dos sujeitos camponeses a partir do reconhecimento que estes possuem a respeito de seu protagonismo e da própria história.

O conceito de identidade deve ser pensado a partir da representação de uma cultura, resultando de um processo de identificação que permite o posicionamento no interior das definições fornecidas pelos discursos culturais (MORAES, 2019). Tais definições são entendidas através do uso que se faz de determinados elementos, assim como, é relacionado com a fala, o pensamento e as emoções, uma vez que são estes agentes a qual atribui-se significados. Vale ressaltar que ao longo da construção da representação e identidade, em determinado momento os significados são voltados para objetos, pessoas e eventos resultando na estrutura de interpretação que se faz sobre algo. Em outro, constitui-se como significado a forma como estes elementos são utilizados e integrados às ações cotidianas. Assim,

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos
A identidade é formada por processos sociais, que uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 228).

Compreender como se organiza essa dinâmica envolvendo identidade, cultura e representação, são essenciais para entender a reflexão aqui abordada. Primeiro, uma análise do que é entendido e exposto a comunidade escolar campesina como formas de identidades e culturas, considerando que algumas escolas⁵, ainda que localizadas no campo, por se tratar da oferta de uma proposta curricular similar entre campo e cidade, as escolas participantes tendem a seguir a lógica neoliberal da cidade, onde a forma como se estruturam os currículos escolares se baseiam assim como a estratégia adotada diante da manipulação da massa, se utiliza de falsas preocupações com o comportamento e modo de vida dos grupos camponeses.

O segundo ponto a ser considerado, se deve a forma como as próprias famílias entendem o conceito de identidade. Se este não é abordado em uma escola do campo, se a própria lógica e conceito de assentamento agrário, assim como a história e importância dos movimentos sociais para a sociedade, construção, sobrevivência e respeito dos direitos aos povos do campo são indiferentes às comunidades, naturalmente a definição de identidade e especificidades se tornarão inexpressiva a estas também.

A identidade camponesa aqui pensada, está relacionada com reconhecimento de hábitos, ideais e princípios de coletividade, além de formação e orientação política e não partidária. Trata-se de um projeto em busca do sentido e criação da identidade própria, que é iniciada a partir da consciência comum da condição de excluídos e despossuídos. Esse processo de construção e criação identitária, como afirma Belo e Pedlowski (2014, p. 72) “demanda um processo de aprendizado, que tem como objetivo a transmissão de valores, ancorados no princípio de solidariedade”. O fato é que a identidade camponesa está além dos símbolos e estereótipos já cravados pela sociedade tais quais, as bandeiras e lonas pretas das barracas. Esta se manifesta também, através de hinos, canções, manifestos e poesias, bem como qualquer outra arte ou manifestação que retrata o grito do campo.

⁵ Esse fato corresponde a uma realidade comum em escolas do interior do estado do Amazonas. A situação é exemplificada ao longo da pesquisa de campo realizada durante o curso de mestrado em duas escolas do campo inseridas em assentamentos de reforma agrária.

GOMES; NOGUEIRA; GOMES

A construção de identidades pode ser pensada também coletivamente, quando o papel e caracterização dos sujeitos do campo são percebidos e descritos individualmente, porém sem desconsiderar as contribuições que estes exercem diante do grupo ao qual pertencem. Para tanto, torna-se necessário, de modo geral, apresentar as singularidades referentes à infância e juventude, a figura da mulher camponesa, o adulto e idoso do campo, e ainda a realidade entre escola, ensino e professores, resultando assim em um panorama e identificação do perfil de cada sujeito pertencente à dinâmica do campo.

As características impressas em cada sujeito camponês ajudam a compor o conceito de identidade coletiva. Tal conceito busca demonstrar que os membros de uma mesma coletividade percebam e reconheçam a existência do grupo social do qual fazem parte, assim como o reconhecimento de outros pares que vivenciam o mesmo modo de vida.

Esse sentimento de pertencimento ao grupo é fundamental para a integridade e a estabilidade de cada um de seus membros, se constituindo, portanto, em um componente da sua identidade. Ao mesmo tempo em que os membros reconhecem a existência da coletividade, que pode ser uma família, associação, classe social, nação, religião, etnia, etc., os indivíduos e grupos que não pertencem a essa coletividade reconhecem também a sua existência (ROSSATO e PRAXEDES, 2015, p. 64).

O conceito de identidade, dessa forma, não se reduz apenas em termos culturais, mas na identificação simbólica de um indivíduo ou grupo social, onde cada membro reconhece a si mesmo ao mesmo tempo que é reconhecido pelos demais sujeitos de dentro ou fora desse grupo. Cabe aqui o enfrentamento ao que pode ser denominado como ausência de identidade⁶ campesina, principalmente quando este grupo se localiza nos interiores da Região Norte do país.

Refletir sobre a crise de identidade que também afeta a construção do protagonismo do campo constitui mais um elemento da pauta de reivindicação e emancipação da luta camponesa, considerando que famílias assentadas ainda precisam lidar com o processo de exclusão e marginalização impostos silenciosamente pelo Estado. Nesse ponto, o não-respeito e reconhecimento à identidade camponesa colabora para criação de uma estratégia de marginalização e criminalização

⁶ Ao abordar os pressupostos da construção da identidade camponesa, este estudo resgata ainda, uma das problemáticas discutidas no cerne da pesquisa desenvolvida: a falta de identidade campesina e amazônica existente em áreas rurais, no interior do estado do Amazonas, principalmente quando considerado que é uma população composta por imigração. A crise de identidade do campo constitui-se como um aspecto que interfere de forma significativa na proposta de Educação do Campo. Isso porque, sem uma concepção curricular que atenda as especificidades desse cenário e que reconheça o perfil e protagonismo das famílias assentadas, a lógica e os objetivos do que foi proposto a esta modalidade de ensino ficam comprometidos.

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos onde o Estado acaba atribuindo aos povos do campo, assim como fez e faz com os grupos negros ou qualquer outro que seja considerado “minoria”, um sentimento de ódio e vergonha ao mesmo tempo por pertencer àquele determinado grupo.

A atuação do Estado em relação ao respeito à identidade camponesa, deve ser pensada através de duas ações. Primeiramente ao imputar aos sujeitos do campo a condição de minoria e marginalizado e segundo por atribuir a estes grupos o estereótipo de ignorância. Em resumo, "o Estado está sempre vendendo a população do campo como algo a ser salvo, salvo de sua ignorância e atraso, precisando ser educado a partir de um novo paradigma urbano e capitalista." (ROSSATO e PRAXEDES, 2015, p. 87). Conhecer quem são os sujeitos do campo é importante, não só por preservar o conceito de identidade do campo, mas porque contribui para entender, diante do perfil de cada um, o que foi proposto para cada sujeito e que demandas políticas foram pensadas e criadas como atendimento para cada um.

A infância e a juventude no campo

Quando se trata da história de famílias camponesas, naturalmente constrói-se a imagem de luta com homens e mulheres do campo, colocando de lado a questão relacionada ao modo de vida e existência da infância e juventude no campo. Por isso, compreender o perfil e desafios enfrentadas por esse primeiro grupo também é peça central para discutir as nuances que permeiam as políticas voltadas para a Educação do Campo.

Em uma breve descrição, a criança do campo se apresenta como um sujeito, imaturo que necessita de cuidados de um adulto, porém, atravessa um contexto de experiências impensáveis para uma criança da cidade, desde cedo estabelece contato com responsabilidades voltadas ao ambiente em que vive. A mesma dinâmica é vivenciada pelo jovem no campo, onde a adolescência acaba sendo dividida entre a participação nas atividades agrícolas da família, produção e comercialização, e sua vida escolar, muitas vezes com baixo desempenho.

Compreender o perfil e protagonismo da criança e do jovem camponês torna-se necessário como ponto estratégico que reflete sobre as políticas públicas implementadas diante do acolhimento ao principal público da modalidade de Educação do Campo. Para tanto, é importante apresentar conceitos a respeito do que é apresentado pela sociedade como definição de infância e juventude, bem como, a formação destes sujeitos frente a uma educação camponesa que deveria atender às suas especificidades sem desqualificar ou menosprezar sua importância diante da construção da história

GOMES; NOGUEIRA; GOMES das famílias camponesa, retratadas ao longo dessa pesquisa como famílias assentadas. Com isso, este tópico se resguarda em entender a relação existente entre infância, juventude e campo, além de descrever o protagonismo dos mesmos no cotidiano camponês e no processo de escolarização.

A infância, de acordo com algumas vertentes, constitui-se como “uma categoria social em transição na contemporaneidade, sendo a noção de infância a existência de um mundo inocente e frágil relacionado às crianças.” (RIBEIRO e ABRÃO, 2018, p. 574). Que ainda é questionada como um “estágio preparatório, formativo, de passagem, composto por sujeitos de mudanças históricas e sociais”. (NASCIMENTO, 2011, p. 39). Ou ainda, “como uma construção histórica e social, que varia de acordo com as gerações e o contexto histórico, pois estamos em outro período da história em que a mudança é inevitável, até porque não somos seres estáticos, e muito menos a criança o é.” (BEM e SILVA, 2020, p. 725).

É fato que a infância diz respeito a uma fase da vida com importância fundamental no processo de construção social e que demanda cuidados, orientações e acompanhamentos até o cumprimento de suas etapas, transparecendo a construção e proteção de um sujeito fragilizado. No entanto, esse mundo frágil incorporado através de muitas definições não é compatível com o cenário campesino vivenciado por crianças camponesas, onde sua história não é desenhada ou contada como algo que atenda todas as fases da infância, mas rabiscada pelo acúmulo de responsabilidade e peso pela busca da própria sobrevivência que inicia desde o período de seu nascimento, uma trajetória resumida por Martins (2011) ao expor que em algumas sociedades, nem os adultos possuem uma biografia, quem dirá as crianças.

O discurso apresentado à sociedade que defende os direitos de crianças e adolescentes, ecoa em alguns pontos contraditórios e seletivos, quando se questiona de qual criança e jovem está se falando, da criança e adolescente da cidade ou do campo? É preciso defender o direito de todas as crianças, onde possam ser consideradas suas subjetividades políticas sem reduzi-las a um sujeito sem identidade ou pertencente a um grupo que está à margem da sociedade. Não basta afirmar o que a legislação propõe como direito universal, mas defender em caráter de urgência a constituição das crianças do campo enquanto sujeito de direitos. Sujeitos de direito que brincam, aprendem, protagonizam e vivem a própria história, tendo suas memórias camponesas respeitadas. Pois,

Também as memórias de camponeses-crianças são raras. Neste mundo de trabalho rural, a criança foi, desde muito tempo, contada como braços a mais, na lavoura e no trabalho de casa, embora nem seu status de trabalhador tenha sido considerado. Por isso, também o tempo não lhes pertence, pois a lógica do mundo do trabalho é que sobressai sobre o tempo da criança (RAVENNA, 2020, p. 14).

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos

A infância e juventude do campo amargam uma invisibilidade da sociedade, onde a sua existência apenas é reconhecida entre os seus pares, representados por aqueles que compartilham da mesma luta camponesa. Por isso,

No campo da luta social, os movimentos de trabalhadores, por muitos anos, empenharam-se em registrar a trajetória do ser coletivo, porém sem desconsiderar as trajetórias individuais. E mesmo os poucos que tiveram, na biografia ou na autobiografia, o registro de sua vida, talvez não tenham tido aí registrado, com a importância devida, aquilo que era particular da infância (RAVENNA, 2020, p. 13).

Crianças e jovens do campo nascem e crescem sabendo a vida que levarão, não é uma opção, torna-se uma condição. São preparadas para herdar a vida de seus pais, que herdaram de seus avôs, tornando um ciclo prolongado por gerações. Pode-se dizer então, que a infância do campo não é de longe o que é retratado como infância na cidade, sem desconsiderar o modo de vida de crianças e jovens periféricos. Pois, na rotina de crianças e jovens camponeses prepondera como constância o trabalho, a responsabilidade, a pobreza, sem a possibilidade de viver uma infância através de brincadeiras, o aprender brincando nesse contexto chega a ser utópico demais para ser até mesmo imaginado. De tal ponto, emerge a importância da escola e da educação como instrumento libertação e emancipação de ciclos e condições opressoras.

A rotina de uma criança ou jovem do campo inicia-se muito cedo, antes mesmo do sol nascer, em que começam a se preparar para iniciar seu trajeto até a escola. Um trajeto que que se dá, dependendo da localização da escola, por terra atravessando ramais e vicinais ou pelos rios, quando são comunidades ribeirinhas. E nesse percurso precisamos lidar com o transporte escolar precarizado, seja de ônibus ou barco. Essa mesma rotina se estende ainda com a ajuda nas tarefas domésticas ou de agricultura.

Ressalta-se a importância da descrição desse grupo por se tratar de crianças que estão presentes na dinâmica dos assentamentos, embora em se tratando das comunidades de recorte dessa pesquisa, essa lógica seja totalmente diferente da atividade de um acampamento ou assentamento liderado pelo MST, por exemplo. Contudo, o ciclo que permeia a família camponesa é a mesma, são sujeitos que resistem e constroem juntos. Considerando,

A vida das famílias no e do campo se insere e se processa atrelada à produção camponesa e construindo raízes culturais próprias. Nessa inserção e interação, as crianças têm, junto aos integrantes de suas famílias, seus interlocutores mais

GOMES; NOGUEIRA; GOMES
próximos. É nessas relações, ações e vivências junto a diferentes sujeitos e aspectos que produzem a vida cotidiana em que estão inseridas (vida organizada em grande parte por seus pais), que as crianças vão elaborando conceitos, atitudes, valores, comportamentos, aprendendo sobre si, a vida e o mundo que as rodeia. Suas famílias, nesse sentido, são o primeiro agente intermediador e socializador de conhecimentos sobre elas mesmas e o mundo. Como nos diz o pai de uma das crianças pesquisadas: Só aprende a fazer fazendo e vendo os outros fazer (CALDART, PALUDO e DOLL, 2006, p. 117).

A língua mais falada no campo e apresentada desde cedo à infância e juventude camponesa, é a da resistência e responsabilidade, resistir e buscar por dias melhores, muitas famílias acreditando que isso só virá com o trabalho, e tornando-se responsáveis pelos afazeres diários de casa ou lavoura. Esse contexto de luta diária compromete sonhos durante a infância e projetos ao longo da juventude, não pela identidade campesina, mas porque “essa juventude vê a luta pela terra como uma alternativa de sobrevivência no campo, em contraposição à migração para as grandes cidades e afirmando o desejo de constituição de uma vida e uma família no campo.” (RAVENNA, 2020, p. 47).

É para este grupo, e todos os demais que ainda compõem este estudo, que são cobradas políticas públicas eficazes, que realmente atenda com dignidade o que famílias camponesas reivindicam, o direito à moradia através um pequeno lote para viver e plantar, direito à educação de qualidade, direito de subsistência.

É nessa conjuntura que se delineia a primeira etapa do ser humano, a infância que, apesar de ser uma das fases mais importantes da vida pelas primeiras noções e experiências na formação psíquica, social e motor, também é uma “infância” da classe trabalhadora. E ainda, a juventude do campo que também enfrenta demasiadas privações ao dividir responsabilidades do trabalho rural e familiar com cobranças referentes à própria aprendizagem, destacando-se ainda a ausência de outros meios de educação e cultura.

A mulher camponesa

Como protagonista do campo cabe também refletir também sobre a imagem da mulher camponesa, duplamente explorada pela hegemonia do capital. Porém, não se pode descrever o perfil da mulher do campo, sem antes falar sobre a divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho é uma questão de gênero, onde mulheres dedicam maior parte do seu tempo aos cuidados dos filhos, tarefas domésticas, trabalho assalariado e questões sociais, uma condição desigual e dispare em termos de comparação com a figura masculina.

A compreensão da divisão sexual do trabalho pauta-se na utilização das diferenças biológicas sexuais para demarcar as configurações econômico-sociais. Assim, a

Educação e identidade camponesa:

reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos divisão de tarefas entre sexos ao longo do tempo passa a configurar-se como um sistema de hierarquização e segregação de gênero. A partir desse entendimento, comprehende-se que relações de gênero no trabalho perpassam a histórica subjugação da mulher aos espaços privados e ao trabalho doméstico, e que vêm acompanhado da privação dos espaços públicos de trabalho (MENDES, RETTORE e SIQUEIRA, 2018, p.16).

Marx e Engels (2007) através da análise de lutas entre as diferentes classes sociais e em um estudo sobre como opera uma sociedade capitalista e opressora, localizaram a raiz da opressão às mulheres em seu papel na família central em sociedades de classe, identificando o papel da mulher como reproduutora biológica subordinada a uma sociedade. Seja esta sociedade de famílias burguesas, onde são reproduzidos herdeiros, ou em famílias proletárias, onde são reproduzidas gerações de força de trabalho que alimenta o sistema capitalista. E diante dessa organização, Marx e Engels em sua compreensão sobre como opera a luta de classes, demonstram que o capitalismo é incapaz de reconhecer e levar à prática a valorização e emancipação das mulheres.

A imagem da mulher desde outrora é colocada como algo a serviço da sociedade, como sinônimo de subserviência à figura do homem, representado como um microestado dentro do lar. Essa desvalorização da mulher construída pelo patriarcado ao longo da história é descrita ao longo da obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” através de um estudo de Engels, com base em escritos deixados por Marx antes de falecer, a despeito de uma análise crítica sobre a constituição e organização da ideia de família como estratégia burguesa e patriarcal, na qual a mulher,

[...] se viu degradada, transformada em serviçal, em escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução. Esta baixa condição da mulher, que se manifesta sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos, e mais ainda nos tempos clássicos, foi gradualmente retocada, dissimulada e em certos lugares, até revestida em formas mais suaves, mas nunca e muito menos, abolida (ENGELS, 2019, p.75).

É fato que a divisão desigual do trabalho, afeta significativamente a composição de uma renda desigual, considerando que através dessa organização e sistematização que beneficia a sociedade patriarcal e capitalista o trabalho doméstico feminino permanece desvalorizado e invisibilizado. Além de sustentar gratuitamente a reprodução de massa, tanto no que se refere à reprodução de mão de obra, quanto ao fato de serem responsáveis por grande parte de trabalhos direcionados aos cuidados de produção de alimentos para autoconsumo. Tal organização se justifica pelo sistema dualista e hierárquico, onde para as mulheres se reserva o espaço doméstico e restrito, enquanto aos homens se

GOMES; NOGUEIRA; GOMES designa o ambiente e debate público juntamente com as relações políticas, sociais e econômicas. Onde,

O sistema-mundo moderno criou uma divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo que o primeiro é aquele pelo qual se recebe remuneração, realizado fora da unidade domiciliar e efetuado pelo homem/pai/adulto. Já o trabalho reprodutivo (ou improdutivo) constitui a atividade de “subsistência”, dentro da unidade domiciliar, realizada pela mulher/mãe/adulta. Essa divisão produziu uma desvalorização financeira e social do trabalho das mulheres e um sexismo institucionalizado (KEMPF e WEDIG, 2019, p. 3).

Sabendo como é colocado o papel da mulher em uma sociedade capitalista e patriarcal, pode-se então pensar sobre o papel desta no campo. Existe um ponto em comum em relação ao modo como se vê a participação da criança/jovem e a da mulher camponesa. Ambos, para uma sociedade que atua como juiz de valores, são descritos como seres frágeis e delicados, mas que sua fragilidade e delicadeza são postos de lado quando estes são necessários para auxiliar ou conduzir o trabalho e demais afazeres. Constituem-se então linhas de trabalho, que não são reconhecidas como trabalho formal, mas que sem a participação dos mesmos tal atividade não seria concretizada. Nesse contexto, percebe-se que o trabalho feminino com a colaboração de filhos e filhas é marcado pelo sinônimo da gratuidade e do não reconhecimento.

A atuação da mulher no trabalho agrícola foi minimizada, quando na verdade sua participação é realizada de forma ampla, além da responsabilidade como as atividades econômicas em geral. Chayanov (1974) identificou a desvalorização do trabalho feminino quando fala sobre a indivisibilidade das rendas entre os membros da família que, contudo, permanecem sob a responsabilidade do chefe de família, que, na grande maioria dos casos, é o pai/marido.

Falando ainda sobre a forma de organização do trabalho do campo, compete à mulher camponesa a múltipla jornada de trabalho do meio rural, onde essa passa maior parte de seu tempo na lavoura, retornando ao lar no final do período e assim assumindo os afazeres da casa e da família. É perceptível que no campo, este em sua maioria ainda ligado às formas tradicionais de manejo com a terra, essas relações de gênero e de exploração da mão de obra feminina assumem um recorte específico, considerando que a organização dos núcleos produtivos camponeses ocorre em torno do núcleo familiar, onde o trabalho no campo é para todos, crianças, jovens, mulheres, adultos, idosos.

Como afirmam Caldart, Paludo e Doll (2006) existe um processo de naturalização, advindo do próprio sistema a qual pertencem, onde a mulher atua como administradora do lar e ao homem cabe a tarefa de ser o provedor da família. Desta forma, “embora as mulheres participem de inúmeras atividades agrícolas, a invisibilidade de seu trabalho permanece, pois, realizando o mesmo trabalho

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos que o homem, entendem-se e manifestam-se como quem está ‘apenas ajudando’.” (CALDART; PALUDO; DOLL, 2006, p. 36).

A exploração da mulher acontece em qualquer cenário, seja na cidade ou no campo. O que vai diferenciar a permanência dessa estratégia patriarcal são as formas de luta e resistência, discussões essas possíveis devido a ampliação da teorização de pautas envolvendo a divisão sexual do trabalho, relações sociais de gênero e feminismo. No meio desse processo histórico a constituição de movimento que apoia mulheres camponesas é imprescindível, principalmente quando no Brasil os dados de opressão, discriminação e violência contra a mulher são aterrorizadores. Por isso, o fortalecimento da resistência feminina do campo emerge com o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC BRASIL.

A partir dos anos 1980 com o surgimento de movimentos sociais a partir das lutas populares, se constitui o movimento das mulheres camponesas com objetivos voltados para o reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais, através do reconhecimento da profissão, aposentadoria, salário-maternidade, sindicalização e participação política (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004). Além de reafirmar seu posicionamento frente a dois eixos de discussão, a questão de gênero e a de classe, o MMC ainda promove um debate em relação à categoria de camponês, quando no Brasil esse termo já passa a ser substituído pela nomenclatura de agricultura familiar. O movimento estabelece uma discussão sobre a condição do camponês, no qual,

Compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, a qual, por um lado, se dedica à produção agrícola e artesanal autônoma, com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de autossustento, e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz (PALUDO e DARON, 2012, p. 481).

A condição da mulher camponesa reacende a discussão sobre o termo do campesinato utilizado no Brasil para famílias assentadas ou despossuídas de terra, quando se reconhece que tal definição implica em um modo de vida e subsistência como um ato político e de resistência à opressão do campo. Dentro dessa pauta a mulher camponesa se define como “aquela que, de uma ou outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família” (MMC, 2004, p. 3).

A mulher camponesa é sobretudo uma figura que resiste desde a desvalorização do trabalho que exerce no campo, ainda que tenha o mesmo peso e não o mesmo valor que as atividades braçais do homem, até a sujeição à opressão e violência do campo enfrentadas por estas. São vozes oriundas de, como destacam Paludo e Daron (2012), pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras

GOMES; NOGUEIRA; GOMES de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-friás, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. É fato que o fardo direcionado ao gênero feminino, é uma condição herdada com carga dobrada a mulher do campo, pobre e negra, o que faz lembrar o discurso de Sojourner Truth ao questionar '*e eu não sou uma mulher?*', quando diz:

Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu parti 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamava com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

Na ocasião Truth falava para mulheres negras, mas a mensagem proferida na época hoje suscita a resistência da mulher que ocupa os espaços considerados pela sociedade classista como minorias, e nesse grupo de marginalizados são incluídas, mulheres camponesas, negras e pobres. Tal dinâmica existente entre capitalismo e opressão, na forma como se enraízam em um Estado como aparelho ideológico, colaboraram para a efetivação das relações de produção com condições precárias e reafirmando os atos de discriminação com os grupos minoritários, principalmente se este estiver na condição de mulher, camponesa, negra, pobre e periférica.

O adulto e o idoso do campo

Como sujeitos do campo, o adulto e o idoso fazem parte de duas extremidades em um mesmo cenário. O primeiro representa toda a força de trabalho utilizada no campo, a responsabilidade familiar e a mão motora da atividade camponesa. Já o segundo é apresentado como um corpo cansado e envelhecido que se dedicou à lida da terra durante toda sua vida e que agora almeja um descanso merecido perante toda a sua contribuição ao campo.

Este tópico busca analisar o perfil de cada um dos sujeitos destacados, apresentando o seu modo de vida através da rotina de trabalho e incertezas, em relação a resistência que enfrenta para manter ou constituir sua identidade frente aos grupos de opressão, sendo o Estado um deles, de forma velada. Como definição de modo geral, ao adulto reserva-se a tarefa de assumir um trabalho e posteriormente a responsabilidade e provimento de uma família, seguido da espera pela aposentadoria para sua idade avançada, uma possível promessa de descanso e remuneração sem emprego. Dessa forma, a vida adulta se vincula ao sentido do dever e responsabilidade para si e com os outros que constituem seu ambiente familiar. Portanto

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos
O sujeito adulto, enquanto construção conceitual moderna do nosso modelo
occidental de civilização, foi constituído como aquele que deve ser socialmente
responsável por seus atos, que almeja a estabilidade e o equilíbrio; gera expectativas
sobre os filhos e as filhas (herdeiros/as) que irá conceber; imagina-se um exemplo,
educando as crianças, os adolescentes e os jovens com sua forma de comportamento,
seus princípios morais e éticos (REICHWALD et al, 2006, p. 51).

Entender como se constitui a formação do sujeito adulto é compreender a história de vida deste,
contexto social e cultural, assim como a inserção no processo produtivo, além de sensibilizar-se com
os projetos de vida e futuro almejados por esse grupo. Ser um adulto no campo é ainda,

Estar em um movimento social que luta por tal condição, pois com o êxodo rural,
infelizmente, o campo é lugar essencialmente dos adultos, os jovens estão
desmotivados diante da crise aguda que os expulsa para as cidades e o declínio
demográfico aponta para um número pequeno de crianças. Por outro lado, esse
projeto de permanência no campo concebe o trabalho na terra sem agrotóxicos, com
sementes originárias, em harmonia com o cosmos (REICHWALD et al, 2006, p. 72).

Se o longo período que acompanha a fase adulta já traz questões desafiadoras durante a vivência
do campo, o período resguardado ao idoso se caracteriza com dilemas tal qual similares. Isso porque,
é na velhice no campo ainda que se encontra o esgotamento físico de uma vida de trabalho, onde
deve-se questionar sobre o que é pensado para o corpo envelhecido depois de anos de desgaste físico
e mental no meio rural.

Atravessar a fase de envelhecimento não culmina somente no fechamento de ciclo natural, mas
no enfrentamento de desafios. Pois ao mesmo tempo em que se debate sobre a expectativa de vida e
o número crescente de idosos na sociedade, se depara com questionamentos relacionados às políticas
e ações de amparo para esse grupo específico, principalmente quando tal preocupação é direcionada
ao campo.

Compreender que o idoso camponês também exerce um papel crucial diante da construção e
organização da vida no campo é essencial para a efetividade e respeito de uma identidade camponesa,
sua participação é tão importante quanto a da criança ou jovem do campo. Por isso, indagar o que se
tem feito por este grupo ao longo da trajetória do movimento camponês e sociais constitui uma
maneira de colaborar e,

Dar visibilidade à história, à memória e às experiências de vida de sujeitos idosos
integrantes dos movimentos. Também buscamos compreender para tentar mudar o
que está posto em nossa sociedade, em muitos momentos, em que o idoso (ou a
idosa), é visto como um “inútil”, doente, assexuado, feio, dependente e não
produtivo. Portanto, não são visualizados e vislumbrados como indivíduos nem

GOMES; NOGUEIRA; GOMES como seres humanos em relações e em suas vivências diárias (MACHADO et al, 2006, p.33).

Incluir o idoso como um dos protagonistas do campo é superar a falácia de que tal faixa etária diz respeito somente a histórias e memórias que devem ser preservadas como uma peça de museu. Quando na verdade, homens e mulheres que participaram e continuam atuando na história do campo tem muito a contribuir com o princípio da organização e coletividade como cerne principal para a superação da opressão e apagamento que se reserva aos grupos camponeses. É sobre olhar com mais intencionalidade e entender como se formam as relações e a construção do novo homem e da nova mulher, como sujeitos humanos, militantes e dirigentes das táticas e estratégias de nossos movimentos sociais e populares, que sonham em construir uma sociedade com novos valores. (MACHADO et al, 2006).

O envelhecimento é uma fase tão importante quanto qualquer outra que o ser humano atravessa, e assim como a definição apresentada nos tópicos anteriores sobre o protagonismo de cada sujeito. Mas afinal quem é o idoso do campo e no que ele se diferencia do idoso da cidade? O primeiro se configura como um ser que historicamente possui uma relação de trabalho na terra e que como camponeses buscam preservar sua identidade, ao mesmo tempo que vivem um ciclo de trabalho e subsistência passado por diferentes gerações. Já o segundo possui uma vida um pouco mais confortável considerando que a cidade dispõe de outros subsídios que ajudam a manter uma melhor condição de vida, ainda que na cidade façam parte de um grupo em situação periférica.

A questão do idoso do campo torna-se tão angustiante quanto a preocupação da juventude camponesa. Isso porque, enquanto jovens precisam lidar com a ausência de políticas educacionais que promovam perspectiva e oportunidades ao mesmo tempo que acompanham o desmonte dos poucos programas que atendam tal necessidade. O idoso por sua vez, ainda que tenha atingido a chamada “melhor idade” e conseguido a aposentadoria como um direito constitucional precisa ainda estar envolvido com os trabalhos do campo, mesmo que em um ritmo mais desacelerado considerando o corpo fisicamente desgastado.

Percebe-se então que o trabalho é uma constância na vida do camponês que inicia ainda na infância, através dos “pequenos afazeres” com o objetivo de ajudar a família, segue durante a juventude, tem a abrangência na figura feminina tão explorada pelo capital, se intensifica durante a fase adulta entre homens e mulheres e segue até o período do envelhecimento. Sendo assim, o envelhecimento e a relação com o trabalho seguem a premissa de que,

Educação e identidade camponesa:
reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos
A idade em que uma pessoa pode ser considerada idosa ou estando na velhice é representada como essa etapa da vida onde se perde o ritmo de trabalho, com declínio da capacidade para trabalhar, em comparação com pessoas mais jovens. Mas essa perda refere-se mais precisamente às capacidades físicas e ao ritmo de atividade exigido para o meio rural. Os idosos camponeses e as idosas camponesas seguem trabalhando e o que há é uma diminuição na intensidade do trabalho e não mais uma mudança nos papéis sociais por eles desempenhados. Há, portanto, uma redistribuição das tarefas e do trabalho em diálogo com as condições físicas que agora se tem (JAHN, 2018, p. 61).

A questão da velhice, em se tratando do campo, é apenas mais um ciclo se fechando em uma determinada família que assim como outras terão outros ciclos finalizando, tendo o desgaste do trabalho braçal e não reconhecido pela sociedade que não seja a do próprio campo. Nesse ponto, a problemática colocada se baseia na tentativa de responder ‘que medidas ou programas tem sido pensado para o camponês que está encerrando o ciclo de trabalho e que agora deveria ter o mínimo de conforto e dignidade para descansar?’ A exaustão e maximização da cultura do ‘trabalho’ no campo não deveria ser sinônimo de vida camponesa, mas sim a compreensão de que em cada corpo camponês concentram-se histórias e experiências que são demolidas de forma direta ou indireta pela subserviência diante da lógica capitalista, que não enxerga em grupos considerados marginalizados o direito a ter direito.

Considerações finais

A lógica neoliberal tende a esvaziar ou enfraquecer o protagonismo de comunidades camponesas, evidenciando as desigualdades ou minimizando a implementação de políticas públicas. Discutir e fortalecer o reconhecimento da identidade campesina e o papel que cada grupo exerce no contexto do campo consiste em uma estratégia de romper com tais relações de poder. Ainda, refletir, sobre o modo de vida e contradições enfrentadas pelos sujeitos do campo, ao transcrever sobre a realidade que acompanha cada ator social, convida o leitor a questionar se as diretrizes direcionadas a população camponesa sobre o respeito e compreensão das especificidades do campo realmente vem sendo consolidadas.

Para tanto, durante a composição deste texto, além de apresentar uma descrição geral sobre o perfil de cada grupo, inferiu-se reflexões de cunho histórico e político a partir da lógica de formação e conceituação da estrutura do campesinato. Tal dinâmica foi crucial perante a compreensão da óptica fundamental de descrição e análise da realidade do campo, partindo de aspectos como modo vida, formas de organização e relações sociais que estes estabelecem com o espaço onde estão inseridos.

GOMES; NOGUEIRA; GOMES

Cabe ainda destacar fala precisa acerca da reafirmação da identidade campesina onde “os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar distinta do mundo urbano, que inclui diferentes formas de ver e se relacionar com o ambiente, bem como a organização da família, comunidade, trabalho e educação”. (CALDART, 2002, p.11).

O legado da luta e trajetória camponesa se mantém a partir da reivindicação sobre o fortalecimento e respeito de políticas educacionais já existentes ou ainda a serem implementadas, mas principalmente por se tornar cada dia mais discutível, e ponto de reconhecimento, entender que a linha de frente das políticas que atende a modalidade da Educação do Campo só se faz presente devido a luta de seus sujeitos do campo, quem são estes? Crianças e jovens do campo, mulheres camponesas, e adultos e idosos do campo.

Referências

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra.** Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 17, Nº. 24, p. 71-85, Jan/Jun, 2014.

BEM, Geralda Maria de; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Algumas reflexões de infância no e do campo.** Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, V. 12, nº 28, p.718-730, set.-dez., 2020.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis, Vozes, 1985.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

CALDART, Roseli Salete; PALUDO Conceição; DOLL, Johannes. **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** 1ª edição. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** edição 1, coleção: Marx & Engels. Editora Boitempo, São Paulo, 2019.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, E. J.; CERIOLLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 61-70. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

Educação e identidade camponesa:

reflexões sobre o papel dos sujeitos camponeses e a formação dos diferentes grupos

JAHN, Elisiane de Fátima. **Envelhecimento, campesinato e o crédito consignado: o papel educativo de Movimentos Sociais em relação às estratégias de educação financeira com idosas camponesas e idosos camponeses.** Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2018.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. **Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial.** Revista de estudos rurais - Mundo Agrário, abril-julho 2019, vol. 20, nº 43.

MACHADO, Carmen Lucia Bezerra; Et al. **Envelhecimento: conhecendo a vida de homens e mulheres do campo.** In: Caldart, R. S., et al (orgs). Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Uma arqueologia da memória social: autobiografia de um moleque de fábrica.** Cotia: Ateliê, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 614 p.

MENDES, Isabella; RETTORE, Mariana; SIQUEIRA, Bruno. **Campesinato e Protagonismo Feminino nas Lutas Anticapitalistas.** In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói - RJ.

MORAES, Maria Laura Brenner. **Stuart Hall: cultura, identidade e representação.** Revista Educar Mais, V.3, Nº 2, Pág. 167-172, 2019.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC BRASIL). **Deliberações do MMC Brasil.** Brasília: MMC Brasil, 2004.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. **Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento de campo de pesquisa: algumas considerações.** In: FARIA, A. L. G. de & FINCO, D. (org.) Sociologia da infância no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

PALUDO, C.; DARON, V. L. P. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL).** In: CALDART, Roseli Salete. (Org). Dicionário da Educação do Campo. 2^a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 481-486, 2012.

RAVENNA, Monyse. **Os Sem Terrinha: Uma história da luta social no Brasil.** 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

REICHWALD, Guilherme Jr.; Et al. **Sujeitos adultos do campo: sua formação nos movimentos sociais.** In: Caldart, R. S., et al (org.). Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

RIBEIRO, Karla Cristina Rocha; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. **Quem sou eu, quem é você? O lugar da infância na contemporaneidade.** Estilos clin., São Paulo, v. 23, n. 3, set./dez. 2018, 574-589.

GOMES; NOGUEIRA; GOMES ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da Educação do Campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia.** Edições Loyola, São Paulo, 2015.

SANTOS, Tatiane Araújo dos. *et al.* **O materialismo dialético e a análise de dados quantitativos.** Texto & Contexto. V.27, n. 4, p. 1-8, 2018.

TRUTH, Sojourner. “**Ain’t I Woman?**”. Speech Delivered at Ohio Women’s Rights Convention, May 1851. Disponível em: https://thehermitage.com/wp-content/uploads/2016/02/Sojourner-Truth_Aint-I-a-Woman_1851.pdf



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 04/01/2024
Aprovado em: 10/08/2024